



**XXII SNTPEE
SEMINÁRIO NACIONAL
DE PRODUÇÃO E
TRANSMISSÃO DE
ENERGIA ELÉTRICA**

BR/GIA/31
13 a 16 de Outubro de 2013
Brasília - DF

GRUPO - XI

GRUPO DE ESTUDO DE IMPACTOS AMBIENTAIS – GIA

A INEXIGIBILIDADE DA RESERVA LEGAL PARA EMPREENDIMENTOS DO SETOR ELÉTRICO – COMO IMPLEMENTÁ-LA NO CASO CONCRETO?

Adriana Coli Pedreira(*) **Patrícia Macedo Guimarães** **Simone Paschoal Nogueira**
SIQUEIRA CASTRO ADVOGADOS **SIQUEIRA CASTRO ADVOGADOS** **SIQUEIRA CASTRO ADVOGADOS**

RESUMO

O estudo objetiva analisar a inexigibilidade da Reserva Legal nos casos de empreendimentos do Setor Elétrico, à luz do novo Código Florestal, considerando sua natureza jurídica de limitação administrativa à propriedade rural, e a natureza dos bens vinculados às concessões. A metodologia constituiu na análise da doutrina ambiental, de normas e casos práticos. Objetiva-se identificar a interpretação, bem como a implementação dos novos dispositivos trazidos no Código, quando de intervenções em Reserva Legal. Considerando que o novo texto é expresso sobre a inexigibilidade da reserva legal aos empreendimentos do Setor Elétrico, conclui-se que haverá maior segurança jurídica dos projetos.

PALAVRAS-CHAVE

Novo Código Florestal, Reserva Legal, Inexigibilidade, Geração, Distribuição e Transmissão de Energia Elétrica, Impactos Socioambientais.

1.0 - BREVE EVOLUÇÃO LEGISLATIVA DA RESERVA LEGAL

Primeiramente, antes de adentrar as mudanças trazidas pelo novo Código Florestal, é oportuno explicar a evolução do conceito do instituto da reserva legal.

Quando criada por José Bonifácio, expressa no Código Florestal de 1935¹ e mantida no Código de 1965, o espírito do instituto da Reserva Legal (RL) era resguardar a madeira necessária na proximidade das sedes das fazendas e dos rios, para construção naval, civil, e para consumo de energia. Não tinha, portanto, caráter de proteção ao meio ambiente.

Nesse contexto, acompanhando o crescente movimento ambientalista de preocupação, o objetivo da reserva legal passou a ser de resguardar o patrimônio natural, marcando de vez o papel do instituto com a publicação da MP 2.166-67/01, a qual dispôs expressamente a função essencial da Reserva Legal para o uso sustentável dos recursos naturais e para a conservação da biodiversidade.²

No entanto, de acordo com o então Deputado Aldo Rebelo - o qual foi relator do novo código florestal - a manutenção da Reserva Legal e seu novo caráter ambiental, já que inicialmente criada visando sua exploração

¹Dec. 23.793/35. "Art. 23. Nenhum proprietário de terras cobertas de matas poderá abater mais de três quartas partes da vegetação existente, salvo o disposto nos arts. 24, 31 e 52."

²Lei 4.771/65. "Art. 1º-III - Reserva Legal: área localizada no interior de uma propriedade ou posse rural, excetuada a de preservação permanente, necessária ao uso sustentável dos recursos naturais, à conservação e reabilitação dos processos ecológicos, à conservação da biodiversidade e ao abrigo e proteção de fauna e flora nativas;"

econômica, tornou-se um “obstáculo” ao melhor aproveitamento da propriedade rural³, levando a sua impopularidade dentre os proprietários rurais. Não fosse apenas isso, em 2008, com a publicação do Decreto nº. 6.514/08, a não averbação da Reserva Legal passou a constituir infração administrativa, reforçando suas características de proteção ambiental e a obrigatoriedade de sua manutenção nos imóveis rurais.

Na revogada Lei nº 4.771/65 a reserva legal era definida como “**área localizada no interior de uma propriedade ou posse rural, excetuada a de preservação permanente, necessária ao uso sustentável dos recursos naturais, à conservação e reabilitação dos processos ecológicos, à conservação da biodiversidade e ao abrigo e proteção de fauna e flora nativas;**”

Na atual Lei nº 12.651/12, o conceito do referido instituto foi alterado para “**área localizada no interior de uma propriedade ou posse rural, delimitada nos termos do art. 12, com a função de assegurar o uso econômico de modo sustentável dos recursos naturais do imóvel rural, auxiliar a conservação e a reabilitação dos processos ecológicos e promover a conservação da biodiversidade, bem como o abrigo e a proteção de fauna silvestre e da flora nativa**”. A nova norma deixou clara a condição da reserva legal como instrumento auxiliador à conservação, o que permite uma exploração econômica sustentável da área, afastando-se a ideia de instrumento necessário à conservação, com características preservacionistas que não permitia qualquer alteração e uso, previsto no Código anterior.

Em que pese a alteração na redação do conceito da Reserva Legal, observa-se que sua exigência continua a recair somente sobre imóveis rurais. Nesse aspecto, sobre a característica rural dos imóveis, destacamos os ensinamentos do prof. Édis Milaré⁴:

“Enfatize-se, para evitar dúvidas, que a Reserva Legal é uma porção de área de imóvel rural, não obrigatória, portanto, para imóveis localizados na zona urbana ou de expansão urbana. Assim, exigência de constituição de Reserva Legal só tem cabimento no caso de “parcelamento, para fins agrícolas, de imóvel rural localizado fora da zona urbana ou de expansão urbana”(...)”

A reserva legal trata-se, pois, de uma área de vegetação que deve ser protegida nas propriedades ou posses rurais com a finalidade de assegurar o uso econômico de modo sustentável dos recursos e conservar a biodiversidade.⁵ Insta notar que as dimensões dessa área é variável de acordo com a localização da propriedade rural, mais especificamente da região geográfica e da sensibilidade do bioma em que esta se encontra⁶.

A efetiva implementação da Reserva Legal, no entanto, representa uma das maiores dificuldades relacionadas ao instituto. Isto porque, ainda que a lei a instituisse, obrigando sua constituição, os usos consolidados e as diversas alterações dos percentuais de preservação impostos ao instituto⁷ representaram empecilhos a sua efetivação. A inexistência de uma fiscalização acabou – de certa forma – “permitindo” o quadro de irregularidades de cerca de 90%⁸ das propriedades rurais no país.

Com tantas incertezas, consolidou-se a dificuldade de tornar o instituto em tela eficaz, e na prática, a obrigação de constituição da Reserva Legal foi sendo transferida ao Setor Elétrico. O ponto central da controvérsia da aplicação do instituto da RL para os empreendimentos do Setor Elétrico se dava, em como interpretar a incidência da RL sobre as áreas onde estão localizados os empreendimentos e desenvolvidas as atividades vinculadas à geração, transmissão e distribuição de energia elétrica. É o que veremos neste artigo.

2.0 - DIFICULDADES ENFRENTADAS NA VIGÊNCIA DO CÓDIGO FLORESTAL DE 1965

Na vigência do antigo Código Florestal, a Reserva Legal costumava ser sinônimo de custos e imbróglis imobiliários (sociopatrimoniais), vez que o empreendedor do Setor Elétrico, para intervir nas propriedades em que ainda se encontrava pendente a regularização da Reserva Legal, via-se obrigado à regularização fundiária da área com a delimitação da Reserva legal, além da regularização imobiliária, através da averbação da Reserva Legal na

³ Parecer do relator deputado federal Aldo Rebelo (PCdoB-SP) ao Projeto de Lei nº 1876/99 e apensados. “[A Reserva Legal] conservada por sua utilidade para os proprietários, converteu-se em ‘obstáculo’ ao melhor aproveitamento da propriedade.” Disponível em: http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=777725&filename=PRL+1+PL187699+%3D%3E+PL+1876/1999. Acesso em 19/02/2013.

⁴ MILARÉ, Édis. Direito do Ambiente. A gestão ambiental em foco. 6ª Edição. Ed. RT. São Paulo: 2009.

⁵ Lei 12.651/12. “Art.3º, III - Reserva Legal: área localizada no interior de uma propriedade ou posse rural, delimitada nos termos do art. 12, com a função de assegurar o uso econômico de modo sustentável dos recursos naturais do imóvel rural, auxiliar a conservação e a reabilitação dos processos ecológicos e promover a conservação da biodiversidade, bem como o abrigo e a proteção de fauna silvestre e da flora nativa.”

⁶ Lei 12.651/12. “Art. 12, I - localizado na Amazônia Legal: a) 80% (oitenta por cento), no imóvel situado em área de florestas; b) 35% (trinta e cinco por cento), no imóvel situado em área de cerrado; c) 20% (vinte por cento), no imóvel situado em área de campos gerais; II - localizado nas demais regiões do País: 20% (vinte por cento).”

⁷ Decreto 23.793/34 – 1º Código Florestal – abater no máximo três quartas partes da vegetação existente (25%); Lei 1.508/51; Lei 4.771/65 – Novo Código Florestal – 20% RL; Lei 5.106/66; Lei 5868/72; Lei 5.870/73; Lei 6535/78; Lei 7.511/86; Lei 7.803/89 – 50% região norte; Lei 7875/89; MP 1511/96 – 50% e 80% em alguns casos; Lei 9.985/00; MP 2166-67/2001 – 80% Amazônia, 35% cerrado e 20% restante; Decreto 5.975/06; Lei 11.284/06 e Lei 11.934/09

⁸ Estima-se que 90% dos produtores rurais estejam em situação irregular no país, pois não seguiram as especificações do código de 1965 – Fonte: Salatiel, 2011.

matrícula do imóvel⁹. Ademais, verificavam-se conflitos entre as atividades existentes nas propriedades rurais que sofriam restrições relacionadas à reserva legal, e consequentemente poderiam se tornar ainda mais restritas com as intervenções dos empreendimentos. Outra situação crítica, decorria das exigências de compensações territoriais e pecuniárias impostas sem base legal, no âmbito dos processos de licenciamento ambiental dos projetos.

No primeiro caso, os órgãos ambientais licenciadores, tendo em vista as inúmeras irregularidades em torno da Reserva Legal, requisitavam através de condicionantes do licenciamento ambiental, que os empreendedores indicassem a reserva legal dos imóveis afetados. Tal exigência acabava por transferir ao empreendimento o ônus da regularização do imóvel, já que, na maioria dos casos, os mesmos não tinham a área de reserva legal delimitada, menos ainda averbada.

Sucedem que as propriedades rurais uma vez atingidas por empreendimentos do setor elétrico perdiam sua característica rural, fundada na exploração extrativa agrícola, pecuária ou agroindustrial¹⁰, e não sendo, então, caracterizada a área como rural, não haveria como se exigir a reserva legal – incidente apenas sobre as propriedades e posses rurais, conforme o ordenamento legal. Não era lícito presumir que o legislador tinha a intenção de atribuir à RL uma abrangência maior do que a que constava na Lei nº 4.771/65.

Ademais, um exemplo de como o instituto da reserva legal era tratado de forma pouco clara pelo antigo Código, é a inexistência de previsão de autorização para supressão de vegetação em área de reserva legal (como ocorria com as áreas de preservação permanente – APPs nos casos de utilidade pública e interesse social¹¹), o que, em muitos casos, era inevitável quando se tratava de empreendimentos de infraestrutura energética tais como hidrelétricas e linhas de transmissão. Nesses casos específicos, ante a ausência de lei a respaldar a possibilidade de supressão de vegetação, e considerando impraticável a vedação no caso concreto, os órgãos ambientais licenciadores passaram a aplicar analogamente as normas relativas às Áreas de Preservação Permanente (APPs), já que estas últimas cumprem uma função ecológica¹² ainda mais importante do que a função ecológica da reserva legal, afastando a vedação de supressão de vegetação em área de Reserva Legal.

Assim, se a supressão de vegetação era cabível em APPs para as obras de infraestrutura destinadas aos serviços públicos de energia¹³, não haveria motivo para não se permitir em áreas de Reserva Legal, especialmente nos casos de empreendimentos de Geração de energia elétrica, subestações, linhas de Transmissão e de distribuição, uma vez que são considerados empreendimentos de utilidade pública, bem como serviços ou atividades essenciais¹⁴.

No que tange às compensações territoriais e financeiras impostas aos projetos do setor elétrico, e considerando que a instalação de empreendimentos de geração e a passagem das linhas de transmissão podem implicar em declaração de utilidade pública por parte da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL¹⁵, possibilitando a desapropriação, ou a instituição de servidão administrativa na faixa onde implantada a linha de transmissão, passou-se a se exigir do empreendedor - no âmbito de processos indenizatórios, bem como do processo de licenciamento ambiental dos projetos - a compensação da reserva legal. A uma, porque o empreendimento impactava diretamente propriedades rurais, (e a maioria delas se apresentavam com suas áreas de RL indefinidas), a duas, devido à supressão vegetal, exigida então sua reposição ou compensação florestal. Do exposto, aos empreendedores era repassada a obrigação de identificar, averbar e, em alguns casos, de compensar a reserva legal em outro local além da reposição florestal.

⁹ Algumas condicionantes impostas nas Licenças de Empreendimentos do SEB: - “Contemplar no Programa de Indenização a situação fundiária das propriedades e a comprovação da averbação da Reserva Legal”; - “Apresentar documentos de averbação de RL (Mapas, Memorial e Termos de Responsabilidade) devidamente registradas em cartório”; - Averbação da área de Reserva Legal na matrícula dos imóveis, previamente à sua aquisição; - Aquisição de área equivalente a 20% ou mais da área total do reservatório para compensação específica da Reserva Legal; - pedidos de constituição de RPPN como compensação à Reserva Legal; - Exigência de prévia averbação da RL para possibilitar a aquisição de imóveis de utilidade pública (Fonte: Pedreira, Adriana Coli - Palestra - Alterações no Código Florestal e Implicações para o Setor Elétrico - II Seminário de Legislação Ambiental para o Setor Elétrico – 2011).

¹⁰ Lei 4.504/64. “Art. 4º, I - **Imóvel Rural**, o prédio rústico, de área contínua qualquer que seja a sua localização que se **destina à exploração extrativista agrícola, pecuária ou agroindustrial**, quer através de valorização, quer através de iniciativa privada;”

¹¹ Art. 4º. A **supressão de vegetação em área de preservação permanente somente poderá ser autorizada** em caso de **utilidade pública ou de interesse social**, devidamente caracterizados e motivados em procedimento administrativo próprio, quando inexistir alternativa técnica e locacional ao empreendimento proposto. (Redação dada pela Medida Provisória nº 2.166-67, de 2001)

¹² Art. 3º, II. Área de Preservação Permanente - APP: área protegida, coberta ou não por vegetação nativa, com a **função ambiental de preservar** os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e a biodiversidade, facilitar o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas;

¹³ Resolução CONAMA 369/2006 - “Art. 2º **O órgão ambiental competente somente poderá autorizar a intervenção ou supressão de vegetação em APP**, devidamente caracterizada e motivada mediante procedimento administrativo autônomo e prévio, e atendidos os requisitos previstos nesta resolução e noutras normas federais, estaduais e municipais aplicáveis, bem como no Plano Diretor, Zoneamento Ecológico-Econômico e Plano de Manejo das Unidades de Conservação, se existentes, **nos seguintes casos: I - utilidade pública: b) as obras essenciais de infraestrutura destinadas aos serviços públicos de transporte, saneamento e energia;**”

¹⁴ Lei 7.783/89. Art. 10 São **considerados serviços ou atividades essenciais:** I - tratamento e abastecimento de água; **produção e distribuição de energia elétrica**, gás e combustíveis; (...) **As atividades do setor elétrico e mineral são consideradas de utilidade pública pelo Decreto-Lei nº 3365/1941**, situação refletida na Constituição Federal de 1988, como também na Resolução Conama nº 369/2006, colocando-a lado a lado com atividades essenciais ao funcionamento do Estado e para o bem-estar da sociedade.

¹⁵ Resolução ANEEL 279/07. “Art. 9º Atendidos os requisitos estabelecidos nos arts. 2º a 8º desta Resolução, conforme o caso, a **declaração de utilidade pública, para fins de desapropriação ou de servidão administrativa, será expedida pela ANEEL a partir da data em que, tecnicamente, em face do estágio de desenvolvimento do projeto básico ou executivo do empreendimento, for possível a identificação e delimitação das áreas de terras destinadas à implantação, pelo concessionário, permissionário ou autorizado, das instalações necessárias à exploração dos serviços de energia elétrica**”.

Na linha indenizatória, constatada a restrição imposta pela desapropriação ou servidão administrativa, o proprietário do imóvel entendia cabível pleitear a regularização por intermédio do processo de indenização. Para o cálculo das indenizações, aplicava-se o Decreto 3.365/41¹⁶, que dispõe sobre as desapropriações por utilidade pública, mas prevê, também, a possibilidade do expropriante constituir servidões, mediante indenização¹⁷, bem como a Norma Técnica NBR – 14653-3/2004, que trata da avaliação de bens de imóveis rurais, o que demonstra a proximidade de ambos os institutos – servidão ambiental e desapropriação para o tratamento das indenizações.

Com relação às obrigações de reposição florestal devido à supressão de vegetação, veremos a frente que é devida, pois não se trata de imputar a exigência da reserva legal por intermédio do Setor Elétrico, mas efetivamente repor o que fora suprimido de vegetação para a implantação do empreendimento. Esta reposição florestal é devida sempre que há supressão de vegetação, independentemente desta ocorrer em área de reserva legal ou não. Todavia, visto que a supressão de vegetação em áreas de reserva legal não era autorizada expressamente pela Lei nº 4.771/65, na prática muitas vezes a intervenção em RL era negada pelos órgãos ambientais. Também neste aspecto o novo Código Florestal trouxe maior clareza ao admitir as hipóteses de supressão de vegetação em áreas de RL, em especial quando prevê a possibilidade de supressão de vegetação para uso alternativo do solo.

2.1 Análise Prática da Aplicação do Instituto da Reserva Legal antes da Lei nº 12.651/12

Em relação à aplicação do instituto da reserva legal na vigência do antigo Código Florestal, o Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul apreciou pelo menos dois casos, nos quais entendeu pela desnecessidade de averbação da Reserva Legal.

A construção das referidas decisões fundamentam-se no fato de que a Reserva Legal é exigida para imóveis rurais, mas uma vez atingidos por empreendimentos de geração, o imóvel perderia sua característica rural, o que leva ao desaparecimento da premissa inicial da incidência do instituto da Reserva Legal, qual seja, ser o imóvel rural.

As referidas decisões foram proferidas em ações similares, propostas pelos municípios de Brasilândia e Santa Rita do Pardo contra a Companhia Energética de São Paulo – CESP – devido a não averbação da reserva legal nas propriedades em se localizavam duas hidrelétricas – uma em cada município. A pretensão dos autores era a de que a CESP adquirisse área equivalente à área inundada pelas hidrelétricas para que a reserva legal fosse instituída. O principal argumento dos autores era no sentido de que a não averbação da reserva legal causaria dano ambiental e seria ilegal, vez que a averbação de reserva legal em propriedade rural estava prevista no Código Florestal. No entanto, após análise dos casos, o TJMS, entendeu que ao se instalar uma hidrelétrica em um terreno rural, este perde sua característica agrícola e deixa, portanto, de ser considerado como área rural – onde é exigível a reserva legal. Considerando que a necessidade de averbação de reserva legal era – e ainda é – apenas para propriedades rurais, foi afastada a aplicação do instituto aos empreendimentos de geração, vez que alterada a natureza da propriedade.

*“APELAÇÃO CÍVEL – AÇÃO CIVIL PÚBLICA – MINISTÉRIO PÚBLICO – CERCEAMENTO DE DEFESA – INEXISTENTE – INDENIZAÇÃO EM PECÚNIA À POPULAÇÃO E AO MEIO AMBIENTE PELA PRIVAÇÃO DOS ECOSISTEMAS INUNDADOS – DESCABIMENTO – EXIGÊNCIA DE AQUISIÇÃO DE ÁREA PARA AVERBAR RESERVA LEGAL – IMPOSSIBILIDADE – RECURSO IMPROVIDO. (...) Pelo que se observa, não se verifica a possibilidade de exigir da apelada adquirir área e averbá-la como reserva legal, já que, não bastasse o alagamento se dar em razão de concessão da União para a prestação de serviço essencial e **não exploração agropecuária, não se cogita a hipótese de exigir reserva legal** fora da área da qual se tem a posse ou propriedade.”¹⁸ (Grifos nossos)*

*“Nessa ordem, a **reserva legal é prevista para aqueles que exploram atividade rural** e devem ter um percentual da área preservado para tal fim. Essa situação não se estende à requerida que, devidamente autorizada, **implantou o lago da usina hidrelétrica e a área perdeu sua natureza de propriedade rural economicamente explorada por particular.**”¹⁹ (Grifos nossos)*

Nota-se, pelos julgados, que a não averbação da reserva legal para empreendimento de geração de energia hidráulica obrigava o empreendedor a ingressar em juízo para ter reconhecida a dispensa da Reserva Legal, fato que significava sobrecustos e insegurança jurídica. Porém, uma vez que o conceito de imóvel rural, esta previsto no Estatuto da Terra (Lei nº 4504/64), como *“o prédio rústico, de área contínua qualquer que seja a sua localização que se destina à exploração extrativista agrícola, pecuária ou agroindustrial (...)”*, e os serviços de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica não se caracterizam como exploração agrícola, pecuária ou agroindustrial, sendo atividades de índole eminentemente industrial não há em que se falar em reserva legal para estes empreendimentos. Ademais, os bens vinculados ao serviço público de energia elétrica se enquadram na definição de bem público de uso especial, reservados a determinada espécie de serviço público e não na definição

¹⁶ Decreto nº. 3365/41. “Art. 40. O expropriante poderá constituir servidões, mediante indenização na forma desta lei.”

¹⁷ A forma de indenização é definida pela Norma Técnica NBR – 14653-3/2004, que avalia os bens imóveis rurais para fins de pagamento de indenização

¹⁸ TJMS, processo nº 2008.037122-6, 5ª Turma Cível, Rel. Desembargador Vladimir Abreu da Silva, julgado em 17.12.09.

¹⁹ Voto da relatora. TJMS, autos nº 030.08.000084-3, Rel. Juíza Rosângela Alvez de Lima Fávero, julgado em 19.05.2008.

de imóvel rural. A atividade do Setor Elétrico e as áreas utilizadas são declaradas de utilidade pública²⁰, não são atividades rurais, portanto não se aplica a exigência legal inerente à Reserva Legal.

Como veremos neste artigo, a redação do novo Código Florestal recepcionou expressamente a não exigência da RL para empreendimentos do Setor Elétrico, reduzindo a necessidade de ajuizar ações judiciais, fortalecendo a segurança jurídica dos projetos.

2.2 Direito Comparado

Coordenado pelo prof. Sebastião Renato Valverde, foi elaborado um estudo pela Universidade Federal de Viçosa chamado *Comparativo da Legislação Florestal sobre Áreas de Preservação Permanente e Reserva Legal* que englobou o Brasil e outros 10 países: Canadá, EUA, Austrália, Argentina, China, Finlândia, Suécia, França, África do Sul e Paraguai²¹.

As conclusões do referido estudo foram de que praticamente não há paralelo com os excessos exigidos na legislação brasileira no tocante às Áreas de Preservação Permanente, uma vez que em nenhum dos países estudados notou-se áreas similares com seus recursos intocáveis e, também, com dimensões significativas em comparação ao tamanho da propriedade.

Especialmente sobre a reserva legal, o referido estudo apontou que nenhum país exige das propriedades rurais áreas intocadas similares a este instituto, com exceção do Paraguai.

3.0 – NOVO CÓDIGO FLORESTAL E O SETOR ELÉTRICO

Contextualizada a Reserva Legal através do breve relato histórico e do direito comparado, verifica-se que o novo Código Florestal tentou minimizar os problemas, através da flexibilização do instituto da reserva legal, harmonizando-o com o cenário fático do país. Procurou-se aplicar o conceito de desenvolvimento sustentável na legislação vigente, o que se verifica nos novos dispositivos da Lei Florestal que trazem a realidade das necessidades sociais e ambientais.

O Novo Código Florestal, sancionado em 18 de outubro de 2012, em seu art. 12, parágrafo 7º, prevê a inexigibilidade de Reserva Legal para empreendimentos de Geração, Subestações, Distribuição e Transmissão de Energia Elétrica, vejamos:

“Art. 12. Todo imóvel rural deve manter área com cobertura de vegetação nativa, a título de Reserva Legal, sem prejuízo da aplicação das normas sobre as Áreas de Preservação Permanente, observados os seguintes percentuais mínimos em relação à área do imóvel, excetuados os casos previstos no art. 68 desta Lei:

*§ 7º **Não será exigido Reserva Legal** relativa às **áreas adquiridas ou desapropriadas** por detentor de **concessão, permissão ou autorização** para exploração de potencial de energia hidráulica, nas quais funcionem empreendimentos de geração de energia elétrica, subestações ou sejam instaladas linhas de transmissão e de distribuição de energia elétrica.”*

Este posicionamento tem o condão de resolver os imbróglis acerca da cobrança deste instituto quando do licenciamento de empreendimentos de Geração, Distribuição e Transmissão de energia.²²

Em primeiro lugar, o dispositivo estabeleceu expressamente que a Reserva Legal não será exigida relativa as áreas adquiridas ou desapropriadas por detentores de concessão, permissão ou autorização para exploração de potencial de energia hidráulica, limitando-se a redação aos casos de desapropriação. Conforme exposto no item 2.0, para o cálculo das indenizações de servidão, aplica-se o Decreto 3.365/41²³, que dispõe sobre as desapropriações por utilidade pública, bem como a Norma Técnica NBR – 14653-3/2004, que trata da avaliação de bens de imóveis rurais, o que demonstra a proximidade de ambos os institutos – servidão ambiental e desapropriação para o tratamento das indenizações.

Ora, se consta no novo Código que nas áreas adquiridas ou desapropriadas não será exigida a reserva legal – além de considerar que as normas aplicáveis aos dois institutos para as indenizações são as mesmas - bem como a citação expressa na nova lei sobre a não exigência da RL também nas áreas onde serão instaladas as linhas de transmissão associada, é evidente que a interpretação se estende para os casos das servidões instituídas.

²⁰ Há que se considerar, por exemplo, que o alagamento de áreas para a construção de reservatórios destinados à geração de energia, à instalação de subestações e linhas de transmissão de energia elétrica, modificam a natureza do solo, extinguindo a propriedade rural ou agrícola, transformando-a em bem público federal, vez que parte inseparável de serviço público concedido. (Fonte: Pedreira, Adriana Coli - Palestra - Alterações no Código Florestal e Implicações para o Setor Elétrico - II Seminário de Legislação Ambiental para o Setor Elétrico – 2011).

²¹ UFV. Estudo Comparativo da Legislação Florestal sobre Áreas de Preservação Permanente e reserva Legal. Coordenador: Prof. Sebastião Renato Valverde. Viçosa – MG. Março/2010.

²² Na norma legal anterior não havia tratamento específico para tais hipóteses, prevendo apenas que nas propriedades e posses rurais seria exigida a Reserva Legal.

²³ Decreto nº. 3365/41. “Art. 40. O expropriante poderá constituir servidões, mediante indenização na forma desta lei.”

Em segundo lugar, a norma dispõe que não será exigida a reserva legal nas áreas nas quais funcionem empreendimentos de geração de energia elétrica, subestações ou sejam instaladas linhas de transmissão e de distribuição de energia elétrica. A redação apresenta a tipologia do empreendimento de geração hidrelétrica, bem como os demais sistemas associados onde em suas áreas não será exigida a reserva legal. Assim, a redação não deixa clara a possibilidade de não exigência da RL para outras fontes de geração de energia (eólica, térmica, solar, etc) e seus sistemas associados.

Dessa forma, apesar do novo Código Florestal esclarecer algumas obscuridades da RL ao Setor Elétrico, que nada previa a legislação anterior, a redação atual da Lei 12.651/12 pode induzir a interpretação que somente nos casos de desapropriação e vinculados a geração hidrelétrica com seus sistemas associados é que não se exigirá a RL, o que não prospera. Isto porque, como exaustivamente abordado acima, a RL incide sobre imóveis rurais que se destinam à exploração extrativista agrícola, pecuária ou agroindustrial, e não aos bens públicos federais, de uso especial e utilidade pública, e às atividades de índole eminentemente industrial como as desenvolvidas pelo Setor Elétrico.

Muito antes de se iniciar a discussão sobre o novo Código florestal, o Setor Elétrico já apresentava ao governo a necessidade de se esclarecer que a RL não incidia sob seus empreendimentos, devido as exigências ilegais no âmbito do processo de licenciamento. A redação originalmente levada ao Ministérios de Minas e Energia e Meio Ambiente, Casa Civil e Congresso Nacional era:

“A reserva legal não se aplica às áreas de empreendimentos industriais, localizados em área rural, em especial os destinados à geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, e aos reservatórios de água que tenham entre seus usos o abastecimento público, explorados mediante concessão ou autorização do poder público”²⁴.

Entende-se, portanto, que os empreendimentos de distribuição e transmissão vinculados à geração de energia por quaisquer outras fontes de geração, que não hidráulica, estão sim abarcados pelo artigo previsto no Novo Código Florestal. Juridicamente, a defesa deste posicionamento adota o método teleológico de hermenêutica jurídica, ou seja, a “*ratio legis*”²⁵, onde se objetiva esclarecer a finalidade da lei, e o real escopo visado pela norma jurídica. O exposto constitui-se em investigação indispensável para conhecermos o alcance da lei e extrairmos seu sentido lógico, qual seja: a reserva legal não se aplica aos empreendimentos do Setor Elétrico.

Outro ponto relevante, certamente benéfico ao setor, foi o dispositivo que considera a hipótese de supressão de vegetação em áreas de RL, mediante autorização do órgão estadual ambiental integrante do Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA)²⁶.

Art. 12. Todo imóvel rural deve manter área com cobertura de vegetação nativa, a título de Reserva Legal, sem prejuízo da aplicação das normas sobre as Áreas de Preservação Permanente, observados os seguintes percentuais mínimos em relação à área do imóvel, excetuados os casos previstos no art. 68 desta Lei: (Redação dada pela Lei nº 12.727, de 2012) (...) § 3º Após a implantação do CAR, a supressão de novas áreas de floresta ou outras formas de vegetação nativa apenas será autorizada pelo órgão ambiental estadual integrante do Sisnama se o imóvel estiver inserido no mencionado cadastro, ressalvado o previsto no art. 30).

Ainda que a norma recepcione a necessidade do imóvel estar inserido no Cadastro Ambiental Rural (CAR), é expressa esta condição somente após a implantação do mesmo. Dessa forma, enquanto o CAR não é implementado, a supressão de vegetação em áreas de reserva legal poderá ser autorizada pelo órgão ambiental do SISNAMA.

Outro dispositivo que corrobora para o entendimento quanto às possibilidades de intervenção em Reserva Legal (além da exploração econômica mediante manejo sustentável²⁷) é o que dispõe sobre a supressão de vegetação para uso alternativo do solo, entendido como ***substituição de vegetação nativa e formações sucessoras por outras coberturas do solo, como atividades agropecuárias, industriais, de geração e transmissão de energia, de mineração e de transporte, assentamentos urbanos ou outras formas de ocupação humana***²⁸.

O novo Código Florestal previu, portanto, no conceito de uso alternativo do solo as atividades de geração e transmissão de energia, viabilizando a supressão de vegetação em área de reserva legal desde que respeitadas as

²⁴ Fonte: Arquivos do Fórum de Meio Ambiente do Setor Elétrico 2009.

²⁵ Ratio Legis (Loc. lat.). “A razão da lei. O espírito da lei, o fim que o legislador teve em mira ao compor a lei. O fim social a que a lei se destina”. NÁUFEL, José. Novo Dicionário Jurídico Brasileiro. 10ª edição. Ed. Forense. Rio de Janeiro, 2002. p. 749.

²⁶ Após a implantação do Cadastro Ambiental Rural (CAR), a referida supressão de vegetação somente será autorizada se o imóvel estiver inserido no mesmo).

²⁷ Art. 17. A Reserva Legal deve ser conservada com cobertura de vegetação nativa pelo proprietário do imóvel rural, possuidor ou ocupante a qualquer título, pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado. § 1º **Admite-se a exploração econômica da Reserva Legal mediante manejo sustentável**, previamente aprovado pelo órgão competente do Sisnama, de acordo com as modalidades previstas no art. 20. O antigo Código Florestal não fazia menção quanto à aplicação dos casos excepcionais de Utilidade Pública em área classificada como reserva legal, pelo contrário, explicitava a proibição do corte raso em RL, conferindo apenas a possibilidade do manejo florestal sustentável, o que não se aplica a empreendimentos de infraestrutura.

²⁸ Lei 12.651/12. Art. 3º, VI.

exigências para supressão de vegetação para uso alternativo do solo, previstas no art. 26 da Lei 12.651/12²⁹.

De todo exposto, na implementação do Novo Código Florestal para os empreendimentos do Setor Elétrico, é primordial conhecer também a forma como se deu o processo legislativo, o qual, ainda que democrático e considerando todas as etapas previstas em seu regramento, sujeitou-se às grandes disputas travadas na tramitação do então projeto de lei no âmbito do governo. Tal fato dificultou aos agentes setoriais trazerem à redação o aprimoramento necessário para garantir a clareza de sua aplicação. Dessa forma, é que resgatamos neste trabalho o conceito de equidade, que no direito, “*consiste na adaptação da regra existente à situação concreta, observando-se os critérios de justiça e igualdade*”.

A equidade adapta a regra a um caso específico, deixando-a mais justa. Ela é uma forma de se aplicar o Direito o mais próximo possível do justo para as duas partes. Dessa forma, a equidade atua como uma noção idealista³⁰, imperando no espírito do legislador para o fim de se cristalizar em normas condizentes com as necessidades sociais, com o equilíbrio dos interesses. De acordo com o doutrinador Alípio Silveira, a equidade na interpretação da lei, significa o “*predomínio do espírito ou intenção do legislador sobre a letra da lei e também significa a preferência, entre várias interpretações possíveis de um mesmo texto legal, da mais benigna e humana*”³¹.

Dessa forma, o avanço no tratamento do instituto da Reserva Legal afastou sua incidência para os empreendimentos de geração (nas várias fontes), transmissão e distribuição de energia elétrica.

Insta ressaltar, contudo, que a não exigência de reserva legal não significa que não se deva exigir a reposição florestal pela supressão de vegetação ocorrida em área de reserva legal. A reposição ou compensação florestal pela supressão de vegetação, ainda que para fins de uso alternativo do solo, está prevista.

Nesse caso, destaca-se o capítulo V da Lei 12.651/12, que assim dispõe:

“(…) CAPÍTULO V

DA SUPRESSÃO DE VEGETAÇÃO PARA USO ALTERNATIVO DO SOLO

Art. 26. **A supressão de vegetação nativa para uso alternativo do solo, tanto de domínio público como de domínio privado, dependerá do cadastramento do imóvel no CAR, de que trata o art. 29, e de prévia autorização do órgão estadual competente do Sisnama.(…)**

§ 3º **No caso de reposição florestal, deverão ser priorizados projetos que contemplem a utilização de espécies nativas do mesmo bioma onde ocorreu a supressão.**

§ 4º **O requerimento de autorização de supressão de que trata o caput conterà, no mínimo, as seguintes informações:**

I - a localização do imóvel, das Áreas de Preservação Permanente, da Reserva Legal e das áreas de uso restrito, por coordenada geográfica, com pelo menos um ponto de amarração do perímetro do imóvel;

II - a reposição ou compensação florestal, nos termos do § 4º do art. 33³²;

III - a utilização efetiva e sustentável das áreas já convertidas;

IV - o uso alternativo da área a ser desmatada.”

Vê-se, pois, que a supressão de vegetação dependerá além da autorização do órgão ambiental e de inscrição do imóvel no CAR - o que depende do proprietário do imóvel – também da reposição ou compensação florestal, que poderá se dar no Estado de origem, mediante o plantio de espécies preferencialmente nativas.

4.0 – APLICAÇÃO PRÁTICA DA NOVA REGRA DO CÓDIGO FLORESTAL

²⁹ Lei 12.651/12. “Art. 26. **A supressão de vegetação nativa para uso alternativo do solo, tanto de domínio público como de domínio privado, dependerá do cadastramento do imóvel no CAR, de que trata o art. 29, e de prévia autorização do órgão estadual competente do Sisnama.**

§ 3º **No caso de reposição florestal, deverão ser priorizados projetos que contemplem a utilização de espécies nativas do mesmo bioma onde ocorreu a supressão.** § 4º **O requerimento de autorização de supressão de que trata o caput conterà, no mínimo, as seguintes informações:** I - a localização do imóvel, das Áreas de Preservação Permanente, da Reserva Legal e das áreas de uso restrito, por coordenada geográfica, com pelo menos um ponto de amarração do perímetro do imóvel; II - a reposição ou compensação florestal, nos termos do § 4º do art. 33; III - a utilização efetiva e sustentável das áreas já convertidas; IV - o uso alternativo da área a ser desmatada.”

³⁰ GARCIA, Pedro Carlos Sampaio. Limites do Poder Normativo do Justiça do Trabalho. São Paulo: Complexo Jurídico Damásio de Jesus, 2003. Acesso em 17/6/2007.

³¹ Na interpretação da lei, interpretar significa, acima de tudo, entender. Para que possamos entender um texto, precisamos utilizar toda nossa capacidade interpretativa; ou seja, devemos ser críticos e avaliarmos atenciosamente toda e quaisquer possibilidades e situações que podem estar envolvidas. Porém, a equidade não é meramente um simples método de interpretação, e sim uma forma de se evitar que a aplicação da norma geral do Direito positivo em casos concretos e específicos, acabe prejudicando alguns indivíduos; haja vista que toda interpretação da justiça deva tender para o justo, à medida do possível. SILVEIRA, Alípio. Conceitos e Funções da Equidade em Face do Direito Positivo. São Paulo, 1943.

³² (...) Art. 33. **As pessoas físicas ou jurídicas que utilizam matéria-prima florestal em suas atividades devem suprir-se de recursos oriundos de:** I - florestas plantadas; II - PMFS de floresta nativa aprovado pelo órgão competente do Sisnama; III - **supressão de vegetação nativa autorizada pelo órgão competente do Sisnama;** IV - outras formas de biomassa florestal definidas pelo órgão competente do Sisnama. § 1º **São obrigadas à reposição florestal as pessoas físicas ou jurídicas que utilizam matéria-prima florestal oriunda de supressão de vegetação nativa ou que detenham autorização para supressão de vegetação nativa.** § 2º **É isento da obrigatoriedade da reposição florestal aquele que utilize:** I - costaneiras, aparas, cavacos ou outros resíduos provenientes da atividade industrial II - matéria-prima florestal: a) oriunda de PMFS; b) oriunda de floresta plantada; c) não madeireira. § 3º **A isenção da obrigatoriedade da reposição florestal não desobriga o interessado da comprovação perante a autoridade competente da origem do recurso florestal utilizado.** § 4º **A reposição florestal será efetivada no Estado de origem da matéria-prima utilizada, mediante o plantio de espécies preferencialmente nativas, conforme determinações do órgão competente do Sisnama. (...)**

Mesmo com pouco tempo de vigência do novo Código Florestal, já há entendimento na Secretaria de Meio Ambiente de Minas Gerais (SEAM) sobre a possibilidade de anular termo de compromisso de averbação de reserva legal realizado antes da publicação da Lei 12.651/12.

A título ilustrativo destacamos um caso envolvendo um empreendimento do Setor Elétrico Brasileiro: Em 2009, sob a vigência do antigo Código Florestal e do Decreto nº 6.514/08, uma Pequena Central Hidrelétrica (PCH) foi implantada em imóvel sem averbação de reserva legal. O órgão ambiental competente, observando a falta de cumprimento da lei em vigor, lavrou auto de infração contra o proprietário do imóvel e o possuidor (no caso o empreendedor) e propôs a celebração de um Termo de Compromisso de Averbação de Reserva Legal. No referido Termo havia a previsão de um prazo - que findará em 2013 - para cumprimento das disposições legais e averbação da Reserva Legal, além de uma cláusula prevendo a possibilidade de sua renegociação em caso de legislação superveniente dispondo sobre a matéria afeta ao Termo de Compromisso celebrado. Sucedeu que em maio de 2012, entrou em vigor a Lei 12.651/12 (Novo Código Florestal) dispondo expressamente a inexigibilidade da reserva legal para empreendimentos que explorem potencial de energia hidráulica para geração de energia elétrica, afastando do empreendedor, portanto, a obrigação de compensar a reserva legal atingida em determinado imóvel rural. Como até maio de 2012, este empreendedor não havia realizado a averbação da reserva legal e houve alteração da legislação incidente, pode ser aplicada a cláusula que previa a possibilidade de renegociação do TAC em caso de alteração legal superveniente.

É nesse sentido, ilustrado através do caso hipotético, que a SEAM, por exemplo, entende pela anulação do Termo de Compromisso, desobrigando formalmente o empreendedor de averbar a reserva legal.

Demais órgãos ambientais, como de Santa Catarina e São Paulo (Fundação de Meio Ambiente - FATMA e a Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental - CETESB, respectivamente) entendem que a análise da anulação ou não de Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), ou mesmo Termo de Compromisso (TC), celebrado deve ser casuística, porque *(i)* somente poderão ser alterados os TACs ou TCs que possuam a cláusula viabilizando sua renegociação ante a alteração legal superveniente, e mesmo que exista essa previsão contratual *(ii)* o tamanho do empreendimento e o interesse público envolvido serão avaliados, ou seja, a anulação do Termo dependerá da discricionariedade do órgão ambiental competente.

No caso dos novos empreendimentos, não tem se exigido a reserva legal, em respeito ao art. 12, §7º, da Lei 12.651/12.

4.1 Da Possibilidade de Alteração da Condicionante de Licença Ambiental em Decorência de Lei Superveniente

Em vista da previsão contida no novo Código Florestal, é possível vislumbrar-se a possibilidade de modificação das condicionantes e medidas de controle e adequação das licenças expedidas.

A Licença Ambiental, uma vez emitida, é sempre acompanhada de um rol de condicionantes que a integram e devem ser atendidas para que a Licença possua plena validade. No entanto, verificada eventual inadequação de uma determina condicionante com a lei em vigor, poderá o órgão ambiental modificá-la, nos termos do art. 19 da Resolução nº. 237/97³³.

Considerando, portanto, as disposições do novo Código Florestal pertinentes à Reserva Legal, afastando a exigibilidade deste instituto para empreendimentos em regime de concessão, permissão ou autorização para exploração de potencial de energia, nas quais funcionem empreendimentos de geração de energia elétrica, subestações ou sejam instaladas linhas de transmissão e de distribuição de energia elétrica, vislumbra-se modificar eventuais condicionantes que exijam a Reserva Legal.

5.0 – CONCLUSÃO

Como resultados, verificamos especialmente que a nova regulamentação da Reserva Legal propiciará a redução dos questionamentos e a judicialização dos processos de licenciamento dos empreendimentos abrangidos pelo art. 12, §7º da Lei 12.651/12, uma vez que os problemas relacionados ao instituto, ante a omissão da legislação anterior, careciam de orientação e representavam verdadeiros entraves no processo de licenciamento ambiental, concluindo-se ainda que:

- A nova norma deixou clara a condição da reserva legal como instrumento auxiliador à conservação, o que permite uma exploração econômica sustentável da área, afastando-se a ideia de instrumento necessário à conservação, com características preservacionistas que não permitia qualquer alteração e uso, previsto no Código anterior;

³³ "(...) Art. 19 – O órgão ambiental competente, mediante decisão motivada, poderá modificar os condicionantes e as medidas de controle e adequação, suspender ou cancelar uma licença expedida, quando ocorrer: I - Violação ou inadequação de quaisquer condicionantes ou normas legais. II - Omissão ou falsa descrição de informações relevantes que subsidiaram a expedição da licença. III - superveniência de graves riscos ambientais e de saúde. (...)”

- Antes do novo Código eram necessários embates na esfera administrativa no âmbito dos processos de licenciamento ambiental, e até a judicialização destes, para se ter apreciada a desobrigação da Reserva Legal para empreendimentos do Setor Elétrico, afastando assim sua exigibilidade ilegal;
- As propriedades rurais uma vez atingidas por empreendimentos do setor elétrico perdem sua característica rural, fundada na exploração extrativa agrícola, pecuária ou agroindustrial, e não sendo, então, caracterizada a área como rural, não há como se exigir a reserva legal – incidente apenas sobre as propriedades e posses rurais, conforme o ordenamento legal. Não é lícito presumir que o legislador tinha a intenção de atribuir à RL uma abrangência maior do que a que constava na Lei nº 4.771/65;
- O novo Código trouxe dispositivos que se fundamentam no desenvolvimento sustentável, assim não se aplica a Reserva Legal aos empreendimentos do Setor Elétrico Brasileiro ante a redação do art. 12, §7º, da Lei 12.651/12, sua interpretação teleológica e aplicação de princípios do direito;
- Apesar do novo Código Florestal esclarecer algumas obscuridades da RL ao Setor Elétrico, que nada previa a legislação anterior, a redação atual da Lei 12.651/12 pode induzir a interpretação que somente nos casos de desapropriação e vinculados a geração hidrelétrica com seus sistemas associados é que não se exigirá a RL, o que não prospera. Isto porque, como exaustivamente abordado, a RL incide sobre imóveis rurais que se destinam à exploração extrativista agrícola, pecuária ou agroindustrial, e não aos bens públicos federais, de uso especial e utilidade pública, e às atividades de índole eminentemente industrial como as desenvolvidas pelo Setor Elétrico;
- Entende-se, portanto, que os empreendimentos de distribuição e transmissão vinculados à geração de energia por quaisquer outras fontes de geração, que não hidráulica, estão sim abarcados pelo artigo previsto no Novo Código Florestal. Juridicamente, a defesa deste posicionamento adota o método teleológico de hermenêutica jurídica, ou seja, a “ratio legis, onde se objetiva esclarecer a finalidade da lei, e o real escopo visado pela norma jurídica;
- Com relação às obrigações de reposição florestal devido à supressão de vegetação, é devida, pois não se trata de imputar a exigência da reserva legal por intermédio do Setor Elétrico, mas efetivamente repor o que fora suprimido de vegetação para a implantação do empreendimento. Esta reposição florestal é devida sempre que há supressão de vegetação, independentemente desta ocorrer em área de reserva legal ou não. Também neste aspecto o novo Código Florestal trouxe maior clareza ao admitir as hipóteses de supressão de vegetação em áreas de RL, em especial quando prevê a possibilidade de supressão de vegetação para uso alternativo do solo;
- O novo Código Florestal previu no conceito de uso alterativo do solo as atividades de geração e transmissão de energia, viabilizando a supressão de vegetação em área de reserva legal desde que respeitadas as exigências para supressão de vegetação para uso alternativo do solo, previstas no art. 26 da Lei 12.651/12;
- A não exigência da Reserva legal não se confunde com a obrigação de reposição florestal pela supressão de vegetação netas áreas;
- Eventual celebração de TAC ou TC, desde que haja cláusula possibilitando sua renegociação ante a alteração legal superveniente, é passível de renegociação ou mesmo anulação no tocante às obrigações assumidas para recomposição da Reserva Legal para o setor elétrico;
- A alteração legal trazida com o novo código permite seja revista condicionante ambiental que imponha a averbação da Reserva Legal para empreendimentos do SEB;
- O processo legislativo, ainda que democrático e considerando todas as etapas previstas em seu regramento, sujeitou-se às grandes disputas travadas na tramitação do então projeto de lei no âmbito do governo. Tal fato dificultou aos agentes setoriais trazerem à redação o aprimoramento necessário para garantir a clareza de sua aplicação. Dessa forma, é que resgatamos neste trabalho o conceito de equidade, que no direito, “consiste na adaptação da regra existente à situação concreta, observando-se os critérios de justiça e igualdade”;
- Nas Licenças Ambientais, verificada eventual inadequação de uma determina condicionante com a lei em vigor, poderá o órgão ambiental modificá-la, nos termos do art. 19 da Resolução nº. 237/97.

6.0 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- (1) BRASIL. Decreto 23.793, de 23 de janeiro de 1935.
- (2) BRASIL. Lei 4.771, de 15 de setembro de 1965.
- (3) BRASIL. Lei 12.651, de 25 de maio de 2012.
- (4) REBELO, Aldo. Parecer ao Projeto de Lei nº.1.876/99.
- (5) BRASIL. Resolução CONAMA nº.396, de 28 de março de 2006
- (6) BRASIL. Resolução ANEEL nº. 279, de 11 de setembro de 2007.
- (7) BRASIL. Decreto 3.365 de 21 de junho de 1941.
- (8) BRASIL. Lei 6.938 de 31 de agosto de 1981.
- (9) BRASIL. TJMS. Processo nº.2008.037122-5. 5ªTurma. De s. Vladimir Abreu da Silva.
- (10) BRASIL. TJMS. Processo nº. 030.08.000084-3. Juíza Rosângela Alvez de Lima Fávero.
- (11) NUSDEO, Ana Maria. A proteção florestal numa perspectiva comparada. Brasília: Comitê Brasil para a Defesa das Florestas, 2012 (A Ciência e o Código florestal. O que os legisladores precisam saber), Brasília, 2011.
- (12) PARAGUAI. Lei 422 de 1973.

- (13) GARCIA, Pedro Carlos Sampaio. Limites do Poder Normativo da Justiça do Trabalho. São Paulo: Complexo Jurídico Damásio de Jesus, 2003. Acesso em 17/6/2007.
- (14) SALATIEL, José Renato. Meio Ambiente: Entenda a polêmica envolvendo o novo Código Florestal/2011.
- (15) SILVEIRA, Alípio. Conceitos e Funções da Equidade em Face do Direito Positivo. São Paulo, 1943.
- (16) BRASIL. Decreto 6.514, de 22 de julho de 2008.

7.0 - DADOS BIOGRÁFICOS

Nome: Adriana Coli Pedreira

Local e ano de nascimento: Maria da Fé, 1978.

Local e ano de graduação / pós-graduação: Bacharel em direito pela Universidade Mogi das Cruzes – 2001

Mestre em engenharia da energia pela Universidade Federal de Itajubá – UNIFEI – 2004

Pós-Graduada em direito ambiental pela Universidade Internacional de Curitiba – 2011

Experiência profissional:

Sócia do Setor Ambiental do Siqueira Castro Advogados do Rio de Janeiro e assessora técnico-jurídica do Fórum de Meio Ambiente das Associações do Setor Elétrico – FMASE possui mais de 13 anos de experiência e atuação em Direito Ambiental, com ênfase ao Setor Elétrico. Atuou em projetos de pesquisa e no acompanhamento da implantação de empreendimentos de geração de energia, na Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), e é autora de artigos nas áreas de energia, meio ambiente e recursos hídricos. Atualmente também é membro do Grupo de Trabalho de Meio Ambiente da Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica – APINE, e da Comissão de Direito da Energia Elétrica da OAB RJ, sendo apontada em 2012 pela revista Análise Advocacia 500 como uma das advogadas mais admiradas no Setor Ambiental.

Nome: Patrícia Macedo Guimarães

Local e ano de nascimento: Valença/RJ, 1983.

Local e ano de graduação / pós-graduação:

Bacharel em direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – 2007.

Pós-Graduada em Direito Ambiental Brasileiro pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - 2010.

Especialista em direito do seguro e resseguro pela Fundação Getúlio Vargas – 2011.

Pós-graduanda em Direito Administrativo Econômico pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - 2013.

Experiência profissional:

Advogada pós-graduada em direito ambiental, especialista em seguros, com experiência em projetos de infraestrutura e nas áreas de meio ambiente, urbanismo, direito marítimo e internacional, consultoria e contencioso civil. Autora de inúmeros artigos, nacionais e internacionais, no tocante aos aspectos legais de normas ambientais.

Nome: Simone Paschoal Nogueira

Local e ano de nascimento: São Paulo/1974.

Local e ano de graduação / pós-graduação:

Bacharel em direito pela Universidade de Direito Mackenzie – 1997;

Pós-graduanda em direito ambiental pela Faculdade de Saúde Pública – USP e pela FMU;

Especialista em Direito de Energia Elétrica pela Universidade Cândido Mendes.

Experiência profissional:

Sócia responsável pelo Setor Ambiental do escritório Siqueira Castro Advogados de São Paulo, desde março de 2008. Possui mais de 15 anos de experiência profissional em Direito Ambiental. Apontada como uma das profissionais mais admiradas no Setor Ambiental foi premiada pelas revistas: ANÁLISE ADVOCACIA 500, Guide to the World's Leading Woman in Business Law, Chambers & Partners Latin America e Who's Who Legal. Publicou artigos e foi citada na mídia: Revista Limpeza Pública, Getting the Deal Through, Brasil Econômico, Revista Advoc, Revista Latin Lawyer, Jornal O Estado de São Paulo, Revista Exame, Folha de São Paulo, Valor Econômico, TV Brasil, Revista Gestão de Resíduos, Revista SetNews, Revista PCH notícias, Revista Meio Ambiente, Revista Arquitetura e Construção.